

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

No décimo nono dia do mês de maio do ano de 2005, às nove horas e trinta minutos, iniciou-se a décima oitava reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, no auditório da FUNCESI em Itabira/MG. Esta reunião foi convocada com a antecedência de quinze dias e se processou sob a presidência do Sr. Roberto Ferreira Chaves.

Iniciados os trabalhos, conforme pauta, foram realizadas as seguintes atividades:

1. o Sr. Vinicius Perdigão fez a leitura da ata anterior, que foi submetida a algumas alterações e posterior aprovação pelos presentes;
2. Em seguida o Sr. João Eustáquio Wanderley conferiu a lista de presentes, verificando contar a reunião com 24 (vinte e quatro) membros, entre titulares e suplentes. Como o quorum mínimo necessário para quaisquer deliberações é de dois terços (2/3) dos membros, deu-se prosseguimento aos trabalhos;
3. João Eustáquio Wanderley Costa realizou uma apresentação sobre as atividades inerentes aos Comitês de Bacia Hidrográfica, apontando ainda a necessidade da constituição de uma "Agência de Bacia", para atuar como órgão executivo do CBHPiracicaba, como estabelece a lei estadual 13199/99 e decreto nº 4157/01. A título de esclarecimento, lembrou aos presentes quais os órgãos que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais, (SEGRH), bem como as atividades inerentes a cada um deles, quais sejam:
 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o órgão central coordenador;
 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), o órgão deliberativo e normativo central;
 - Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), órgão gestor
 - Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos deliberativos e normativos na sua área territorial de atuação.

Continuou lembrando que o Comitê de Bacia Hidrográfica um órgão deliberativo e normativo, e que as atividades determinadas pelo mesmo serão executadas por uma "Agência de Bacia", tudo conforme determinação legal. Ressaltou que o CBHPiracicaba não conta com um órgão para executar as atividades que lhe são atribuídas, o que é uma lacuna que deve ser preenchida para o adequado exercício de suas atribuições, que são, dentre outras:

- aprovar planos e aplicações de recursos arrecadados pela cobrança de recursos hídricos;
- aprovar outorgas com direito a recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e potencial poluidor;
- deliberar sobre contratação de obra e serviço em prol da bacia hidrográfica a ser celebrada diretamente pela agência de bacia ou entidade a ela equiparada;
- aprovar o orçamento anual da agência de bacia na sua área territorial de ocupação;
- aprovar o regime contábil e o plano de contas da agência de bacia, que deverá contar com anuência de dois terços (2/3) dos membros conforme regimento interno

Assim, continuou, para que o Comitê possa realizar suas atividades, deverá indicar uma empresa, fundação ou associação que se constituirá sob a determinação de "agência de bacia", e que exercerá as atividades determinadas em lei, tais como:

- atuar como gerente financeiro dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água;
- contratar serviços para obter informações técnicas necessárias ao processo de gerenciamento de acordo com as diretrizes de investimentos decididos pelo comitê;

Esclareceu que a "Agência de Bacia" se constituirá segundo quaisquer as formas permitidas pelo Direito Administrativo, Civil ou Comercial, com personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa, e atuará segundo determinações do respectivo Comitê, desde que autorizado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e celebrado contrato de gestão com o Estado, através do IGAM. (artigo 47 §2 e artigo 41 do decreto nº 41.578/00).

Ressaltou ainda que a Diretoria do CBH-Piracicaba concordou com a idéia de serem convidadas algumas instituições de ensino para que estas assumissem um papel de coordenadores para a constituição de uma agência de bacia, ficando a cargo de Roberto convidar a FUNCESI de Itabira, e Rômulo a FUNCEC de João Monlevade, para que estas apresentassem possíveis propostas. A diretoria do CBH-Piracicaba identificou às instituições de ensino como entidades capazes e habilitadas a dar início ao processo de formação da agência de bacia do Piracicaba.

Prosseguindo, João Eustáquio Wanderley solicitou a presença do Representante da UNILESTE, Instituição de ensino superior localizada em Cel. Fabriciano/MG, para que procedesse às suas considerações sobre a criação de uma "Agência de Bacia", salientando que este assunto será posteriormente avaliado e validada a sua continuidade pela plenária do Comitê.

Assim, assumiu a palavra a Sra. Maria Cândida de Oliveira Bello Corrêa – membro do comitê e representante institucional da UNILESTE, que, numa apresentação de dez minutos, relatou o início da história da UNILESTE até os dias de hoje, a fim de informar aos presentes o potencial da entidade. Explicou em seguida a proposta da criação da agência de bacia do CBH Piracicaba, explicitando o objetivo, os cursos da UNILESTE que poderiam contribuir diretamente para a criação de uma agência de bacia e a vontade da Instituição em contribuir para a bacia do Piracicaba, liderando o processo de criação e implementação da associação dos usuários de águas da bacia, dentro das atribuições legais pertinentes e num processo abrangente. A Sra. Maria Cândida passou a palavra para o Sr. Wallace Carvalho – Professor de Direito Ambiental do Curso de Engenharia Sanitária da UNILESTE, que falou sobre a estrutura física e administrativa da Instituição e como esta poderia ser disponibilizada, atuando como liderança na implementação e criação da agência, ressaltando ainda o embasamento legal da proposta de criação de uma "Agencia de Bacia" partir do próprio comitê.

Em seguida às apresentações dos integrantes do UNILESTE, passou-se aos seguintes questionamentos:

O Sr. Rômulo Corgosinho ressaltou que o meio acadêmico está sempre apto para contribuir com o comitê, e que muito provavelmente o segmento que vai pagar tem uma preocupação em que a administração dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água seja feita por uma instituição que tenha algum vínculo de afetividade, numa relação que pertença não só a um segmento, como as cidades aonde este segmento hereditariamente está instalado e que talvez possa-se criar o fórum das universidades da bacia iniciando em Ouro Preto e terminando em Ipatinga. Lembrou que no dia de hoje foi apresentada a primeira delas e num futuro próximo podem ser ouvidas outras, dispondo-se inclusive a ir pessoalmente à cidade de Ouro Preto, que pertence a bacia e embora não tenha uma relação que atue nos trabalhos do comitê, entende ser muito interessante incluir todos os segmentos acadêmicos desde a nascente até a foz.

A Sr^a Maria Cândida pediu a palavra e acrescentou que toda escola que não tenha nenhum vínculo com alguma empresa esta muito fora da realidade, ficando muito teórica e que no caso do UNILESTE existe a participação das empresas no conselho de administração mantenedor, sem que haja, contudo, nenhuma interferência daquelas nas decisões, não sendo a Instituição "guiada" por empresas; o que ocorre é que, quando o corpo acadêmico necessita de auxílio, discute e argumenta com as empresas uma maneira de elas auxiliarem. Complementando, o Sr. Marcos José Mundim – Vice Presidente do ICMG e Gerente Geral da UNILESTE expôs que o instituto é a instituição mantenedora do sistema UNILESTE e torna-se importante deixar um pouco mais claro o tipo de relacionamento com as empresas. O instituto tem como órgão máximo de administração a sua Assembléia Geral que é composta por sócios fundadores, quais sejam: Padre De Mann, a pessoa da instituição e os representantes do Conselho de Administração que é o órgão gestor como em qualquer outra instituição de direito privado, tendo os seguintes representantes neste conselho: num

representante do poder público municipal, um representante da Diocese Itabira – Coronel Fabriciano, representantes da instituição de ensino e um representante da USIMINAS, um da ACESITA e um da CENIBRA que nos apoiam moralmente, pois qualquer solicitação nossa é negociada, temos na verdade uma relação de parceria com as empresas que nos dão uma orientação profissional nos termos de gestão, sendo um relacionamento estritamente profissional, deixando claro que o relacionamento da UNILESTE é muito maior com a sociedade, a fim de contribuir para o crescimento regional.

O Presidente Roberto falou da liberdade que devemos ter em ouvir a todos os segmentos, respeitando a opinião do Rômulo, ressaltando a importância de colocar todos os pontos de forma muito clara, e que, assim como a UNILESTE tem parcerias, a exemplo de Itabira temos a FUNCESI que é uma parceira nossa, sendo uma fundação de ensino superior comunitária com a participação da CVRD, da Prefeitura Municipal, Câmara e Diocese, assim como a UNILESTE.

O Sr. João Eustáquio Wanderley Costa interviu para explicar que este é somente o início das apresentações, pois que ainda aguarda-se a viabilização econômica do projeto, estando ainda em fase de identificação de entidades que conheçam a geografia da região e os temas principais que esta região pratica, ressaltando que talvez as entidades privadas tenham mais facilidade em constituir associações do que as públicas, eis que estas dependem de acatar as leis e decretos do Estado.

O Presidente Roberto salientou que do ponto de vista pessoal gostaria que uma faculdade dos municípios da bacia assumisse este papel haja vista que conhecem a realidade mais de perto, e que as instituições públicas apresentam certas dificuldades, o que deve ser considerado.

O Sr. Wilson Liberato – FUNDAÇÃO MONIQUE LECLERCG, colocou que a fala da Srª Maria Cândida deu um pouco de foco ao segmento de usuários deixando de lado os produtores e conservadores da água, criando uma margem para que cada um dos presentes interpretasse à sua maneira, não falando em nenhum momento da conservação da água sendo que a universidade deva ter um trabalho fundamental para se realizar neste aspecto.

O Sr. João Eustáquio Wanderley interviu e disse que o problema é focar em nível de estado em conformidade legal ou seja, que a organização ou agência de bacia seja criada segundo a legislação.

O Sr. Wilson Liberato – FUNDAÇÃO MONIQUE LECLERCG reforçou que não quis dizer que a UNILESTE está em defesa de "A" ou "B" e sim que às vezes não conseguimos passar para as pessoas o que queremos, como dizia seu professor: "Só vamos conseguir comunicar perfeitamente o dia em que alguém estiver adivinhando o que estamos querendo falar".

Com a palavra o Sr. Wallace - UNILESTE esclareceu que o aspecto da agência em conformidade com o artigo 38 dará suporte administrativo, técnico e financeiro pela cobrança do uso do recurso, sendo que a ação que o sr. Wilson levantou cabe ao comitê deliberar, pois a agência vai dar condição para que o comitê conserve e administre e que o primeiro passo seria o lançamento da agência podendo ser uma associação de usuários e conservadores.

Com a palavra o Sr. Sérgio Dias - BRANDT, disse que traria um fato não com a intenção de polemizar, mas sim como uma questão muito mais para trabalhar-se com conceitos, pois o mesmo disse ser uma pessoa que acredita na universidade como fiel da balança sendo aquilo que temos de valor, de verdade achando legítimo a UNILESTE estar colocando e pleiteando a função de liderar o processo, entretanto acredita que talvez não seja o caminho adequado que uma universidade encampe este tipo de trabalho, porque precisaremos seriamente da UNILESTE e de outras instituições como fiéis da balança, evidentemente com o comitê formado, contratando serviços e especialidades que são legítimas de cada uma das universidades, como bem colocou o Corgosinho e o sr. Presidente que outras instituições terão oportunidade de estar presentes. O que ele entende é que o processo base de liderança para constituição de uma agência deve ser independente de universidades, porque a sociedade pode questionar esta posição haja vista que o processo de gestão da agência deva ficar a cargo de uma função independente

O Sr. João Wanderley falou que todos devem respeitar a postura do Sérgio Dias a qual será considerada, mas é importante que se identifique atores que se submetam a estes tipos de trabalho, porque estamos discutindo posições onde as indicações e sugestões estão abertas aos setenta e dois membros para que possamos viabilizar uma alternativa de liderança.

O Sr. Deuselles parabenizou a iniciativa pela vinda da UNILESTE e salientou a dificuldade dos comitês para encaminharem as agências de bacia que é um desafio muito grande daqui para frente colocando sua posição favorável a esta iniciativa dando abertura a outras instituições para participarem, pois entendeu claramente que é uma proposta de cunho do ponto de vista legal ou seja é uma candidatura e acredita que o comitê deva se esforçar neste caminho, estudando posteriormente as propostas e escolhendo a entidade que apresentar o melhor custo/benefício acreditando ser muito difícil que este trabalho possa ser viabilizado fora do âmbito das universidades.

O Sr. Paulo Ramon Daniel colocou que a iniciativa é louvável e boa, entretanto com a seguinte ressalva: uma novela nunca é feita de um ator somente e no caso da bacia do Piracicaba não podemos integrar somente a UNILESTE, porque o que ficou bem claro na fala de todos e que a mesma iria liderar, sendo que ela não é a única líder que pode beneficiar a sociedade, todas as demais tem este poder na região e o Rio Piracicaba não banha somente Ipatinga, então esta liderança deve ser compartilhada.

O Sr. Rômulo Corgosinho, falou que dentro deste cenário de alternativas possíveis, ele citaria a AMEPI que é parceria do comitê e congrega um movimento político, pois neste primeiro momento talvez esta liderança deva passar pelo meio político do que pelo acadêmico.

O Sr. João Wanderley novamente disse tornar-se necessário ordenar as indicações das propostas e determinar um tempo, porque senão os trabalhos seriam improdutivos; ressaltou a necessidade para dar continuidade neste processo de identificação de possíveis postulantes para liderar a criação e a operacionalização da agência a aprovação da plenária. Votando a plenária a favor de se dar continuidade.

Dando prosseguimento, passou-se a apresentação do tema: Câmara Técnica, Conceito, Objetivo e Importância pela Sr^a. Luíza de Marillac do IGAM que falou do prazer em retornar ao comitê do Piracicaba, parabenizando o primeiro mandato por cumprir seu papel para iniciar o funcionamento do comitê e que o segundo mandato tem o papel de impulsionar este trabalho, salientou a necessidade da convocação da assessoria jurídica do IGAM para acompanhar o processo de discussão da agência de bacia. Em suma fez um breve relato com introdução, conceito, objetivo da câmara técnica, panorama de câmara técnica em comitê de bacia e apresentou uma sugestão de câmara para o comitê do Piracicaba, explicando que a instância câmara técnica surgiu através da importância dos comitês de bacia do Estado de São Paulo, pois a legislação de recursos hídricos daquele Estado é de 1991, dando início às câmaras, que em seguida foram seguidos por outros colegiados; lembrou que a criação desta instância depende do grau de desenvolvimento e necessidade do comitê. O regimento do Piracicaba no artigo 14 e 16 §4 estabelece a criação de grupos técnicos, entretanto hoje seria mais usual e correto substituir o termo por grupos de trabalho, tendo na sua estrutura a câmara técnica, devendo assim fazer-se à alteração no regimento pois um grupo de trabalho existe a discussão de parecer técnico de um assunto com prazo determinado, que posteriormente será submetido ao comitê. Já a câmara técnica é uma instância permanente da estrutura do comitê que se reúne com as mesmas regras, porém sem o poder de deliberar. É composta por representantes dos quatro segmentos, regimento interno e os representantes não precisam necessariamente ser membros do comitê, sugere-se no máximo três representantes de cada segmento, porque a finalidade da câmara é agilizar os trabalhos, sendo instituída por meio de deliberação normativa do comitê; procedeu a um breve relato dos objetivos da câmara técnica e citou alguns exemplos de câmaras de comitês estaduais e federais em funcionamento. Em seguida apresentou sua sugestão de câmara técnica para o Piracicaba que foi: Outorga e Planejamento com a tentativa de resgatar os três grupos de trabalho instituídos em 2001 para dar visibilidade do comitê para sua bacia, sendo que a câmara de outorga é competência do comitê conforme art. 43 §5 da lei nº 13.999/99, outro fator é que o Piracicaba precisa caminhar na elaboração de projetos para captação de recursos para bacia dentro da câmara de planejamento que absorveria também a implantação da agência, e finalizou solicitando aos membros do Piracicaba que acompanhem a solicitação do Comitê do Velhas ao Conselho Estadual de Recursos

Hídricos para criação da agência de bacia, pois existem pontos parecidos nas propostas dos comitês e afinal na gestão de recursos hídricos bons exemplos devem ser procurados.

Aberta às perguntas a plenária fez as seguintes exposições:

O Sr. Rômulo Corgosinho manifestou-se como sendo interessante a diretoria criar uma câmara para se discutir sobre agência de bacia analisando as possibilidades viáveis antes da próxima reunião em Ipatinga;

O Sr. Newton Tibúrcio fez a sugestão com a relação à câmara de planejamento para revitalização da bacia, pois são sérias as questões de desmatamento, erosão e assoreamento do curso d'água, pedindo especial atenção a lei 11107/05 sobre Consórcios Municipais para se trabalhar dentro de um projeto de revitalização do rio que no seu entender o comitê já deveria estar encaminhando e executando.

Passando aos assuntos gerais, o Sr. João Eustáquio Wanderley lembrou a todos da necessidade da alteração no regimento interno, acolhendo as recomendações da sr^a Luíza de Marillac no sentido de modificar o termo "grupos técnicos" para "câmaras técnicas" e "grupos de trabalho", o que foi aprovado pela plenária;

Alertou pela necessidade da criação da câmara técnica institucional e legal, mencionando suas atribuições, no que foi a plenária favorável, inclusive quanto à composição que será de:

- dois membros titulares e um membro suplente por segmento, ressaltando que as indicações dos nomes por segmentos serão encaminhadas na próxima reunião em Ipatinga;

João Eustáquio Wanderley deu prosseguimento à reunião, informando sobre o projeto de lei do executivo estadual que altera o FHIDRO. Definiu-se que será convidado um técnico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para abordar este tema na próxima reunião;

Em relação à pessoa que irá representar o comitê em Brasília no dia 24 de maio para avaliar a questão do termo de referência para o plano de bacia do Rio Doce, esta será escolhida pela diretoria posteriormente;

Passou-se à justificativa de ausência: Aristides Ramos Filho (UNIGAL), Greice Bastos Feddermam (CEMIG), João Bosco da Silva (ACESITA), Cecília Ferramenta (ALEMG), Marcelo Vieira Barbosa (AESSE);

Procedeu à uma solicitação de melhoria na divulgação dos trabalhos do comitê o Sr. Paulo Ramon Daniel do Sindicato dos Produtores Rurais de Ipatinga;

A Srª Ana Cristina - IGAM solicitou aos membros do Comitê que ainda não responderam o questionário "Diagnóstico Participativo" que o façam;

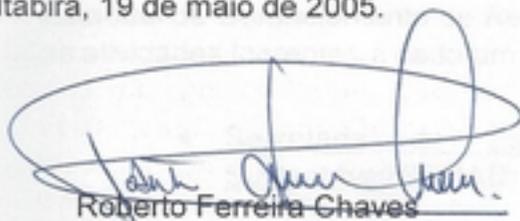
Procedeu à informação de que a secretaria do comitê disponibilizou aos membros uma minuta do decreto de cobrança pelo uso da água;

Houve breve relato do Sr. Benito Maragon sobre a oficina de planejamento estratégico do dia 18 de maio, e aproveitou para reforçar a necessidade da formação de uma câmara técnica de planejamento, projetos e programas, pois a matéria consolidada pelos participantes da oficina não tem uma formatação de programa com datas e prazos, sendo apenas um conjunto de propostas derivadas de uma análise global dos planejamentos que existem hoje com os quais deve-se ter perfeito alinhamento para que o comitê possa dialogar com estas diversas estâncias através de suas propostas e projetos.

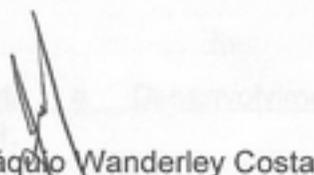
Finalizando, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos, informando que no dia 24 de maio próximo se reunirá com os demais presidentes de comitês de bacias e o secretário de Estado do Meio Ambiente; salientou a necessidade de uma participação mais efetiva dos membros do comitê em suas atividades para que tenha êxito no avançar das intervenções que serão necessárias daqui para frente.

Nada mais havendo a tratar, eu João Eustáquio Wanderley Costa lavrei a presente ata que após lida e se aprovada será assinada por mim e pelo Presidente.

Itabira, 19 de maio de 2005.



Roberto Ferreira Chaves
Presidente – Poder Público Municipal
Pref. Mun. de Itabira



João Eustáquio Wanderley Costa
1º Secretário - USUÁRIOS
USIMINAS